

INTRODUÇÃO

TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS PARA RESERVAS

ESTES SÃO OS TERMOS E CONDIÇÕES APLICÁVEIS AO SEU PACOTE DE FÉRIAS. POR FAVOR, LEIA-OS ATENTAMENTE, UMA VEZ QUE O (A) VINCULAM.

Todos os Pacotes de Férias apresentados nesta brochura, e / ou no website oficial, são oferecidos para venda pela MSC Cruises S.A., daqui em diante designada por "Companhia".

Nestes Termos e Condições de Reserva as expressões que se seguem terão os significados abaixo definidos:

"Reserva" significa as diligências encetadas pelo Passageiro para celebrar um contrato com a Companhia.

"Termos e Condições da Reserva" significa os termos, condições e a informação contidos na brochura em causa da Companhia, no sítio da internet oficial e/ou outra informação que constituam os termos expressos do seu contrato com a Companhia.

"Transportador" significa a entidade que assumiu a obrigação de transportar o Passageiro de um local para outro, tal como indicado no bilhete do Cruzeiro, no bilhete de avião ou em outro bilhete emitido para qualquer outro transporte aplicável, e está assim indicada em tais documentos como "transportador".

"Companhia" significa a MSC Cruises S.A. cuja sede social é 40, Eugene Pittard, CH-1206 Genebra, Suíça, a qual organiza Pacotes de Férias e vende-os ou oferece-os para venda, directamente ou através de um Agente de Vendas.

"Condições de Transporte" significa os termos e condições sob os quais o Transportador fornece transporte, seja por ar, por terra ou por mar. As Condições de Transporte podem referir-se às disposições da lei do país do Transportador e/ou convenções Internacionais que poderão limitar ou excluir a responsabilidade do Transportador. Estão disponíveis a pedido do Passageiro cópias das Condições de Transporte de qualquer Transportador.

"Contrato" significa o contrato celebrado entre a Companhia e o Passageiro relacionado com o Pacote de Férias relevante, o qual é provado pela emissão da factura de confirmação enviada ao Passageiro pela Companhia ou pelo seu Agente de Vendas.

"Cruzeiro" significa o transporte por mar e a estadia a bordo de um navio da MSC Cruises, (conforme descrito na respectiva brochura da Companhia, no website Oficial ou em outra documentação produzida pela Companhia ou por sua conta), o qual – se não adquirido com serviços pré ou pós-cruzeiro – pode ser considerado por si só como um Pacote de Férias.

"Passageiro com deficiência ou Passageiro com mobilidade reduzida" qualquer pessoa que se encontre limitada na sua mobilidade quando utiliza meios de transporte, devido a deficiência física (sensorial ou locomotora, permanente ou temporária), a deficiência ou insuficiência intelectual ou psicossocial, ou a qualquer outra causa de deficiência ou insuficiência, ou devido à idade, e cuja situação necessite de uma atenção e adaptação do serviço, disponibilizado a todos os Passageiros, apropriadas às suas necessidades específicas.

“Força Maior” significa qualquer evento imprevisto e imprevisível fora do controlo do Transportador ou da Companhia incluindo eventos naturais (tais como inundações, terramoto, tempestade, furacão ou outro desastre natural), guerra, invasão, actos de inimigos estrangeiros, hostilidades (independentemente de ser ou não declarado estado de guerra), guerra civil, revolta, revolução, insurreição, poder militar, usurpação de poder ou confisco, actividades terroristas, motins, tumultos, distúrbios civis, disputas industriais, desastres naturais e nucleares, incêndios, epidemias, riscos sanitários, nacionalização, sanção governamental, bloqueio, embargo, disputa laboral, greve, lock-out, interrupção ou falha de electricidade ou serviço telefónico e/ou quaisquer problemas técnicos imprevistos relacionados com o transporte incluindo alterações devidas a recalendarização, cancelamento ou alteração de voos, encerramento ou congestionamento de portos e aeroportos.

“Cruzeiro-Combinado” significa a combinação de dois ou mais cruzeiros previamente organizados pela Companhia e oferecidos para venda como um único Pacote de Férias. Para os devidos efeitos, o Cruzeiro-Combinado será sempre considerado como um Pacote de Férias único e indivisível. Todos os termos e referências a Cruzeiro e ou a Pacote de Férias deverão incluir e ser igualmente aplicáveis a um Cruzeiro-Combinado, salvo disposição em contrário. As referências relativas ao preço respeitam à totalidade do preço pago para o Cruzeiro-Combinado.

“Pacote de Férias” significa o Cruzeiro, quer esteja ou não em combinação com voos e/ou quaisquer disposições para acomodação antes ou depois do Cruzeiro. Não inclui excursões a terra nem serviços de transporte de ida e volta que não façam parte do preço inclusivo do pacote de férias.

“Website Oficial” significa o conjunto de páginas web relacionadas, documentos e hiperligações disponíveis a partir do domínio <http://www.msccruzeiros.pt/>.

“Passageiro” significa toda e qualquer pessoa, incluindo menores, mencionada na confirmação de reserva, na factura ou num bilhete emitido pela Companhia.

“Agente de Vendas” significa a pessoa ou agência de viagens que vende ou oferece para venda o Pacote de Férias organizada pela Companhia, por sua conta ou em nome da Companhia.

“Excursão a Terra” significa qualquer excursão, viagem ou actividade em terra que não esteja incluída no preço inclusivo do Pacote de Férias e que seja oferecida para venda pela Companhia a bordo dos seus Navios.

“Cruzeiro Volta ao Mundo” significa a volta ao mundo pré-organizada pela Companhia e oferecida para venda como um único e indivisível pacote de férias. Para qualquer intuito relevante, o Cruzeiro Volta ao Mundo será sempre considerado como um pacote de férias único e indivisível. Todos os termos e referências a um Cruzeiro ou a um Pacote de Férias incluirão e serão igualmente aplicáveis ao Cruzeiro Volta ao Mundo, salvo indicação em contrário. As referências a preços são referências ao preço total pago pelo Cruzeiro Volta ao Mundo.

1. PROCEDIMENTO DE RESERVA E DEPÓSITO

1.1 Para efectuar uma reserva, o Passageiro deverá contactar a Companhia ou um dos seus agentes de vendas ou representantes autorizados.

1.2 Ao efectuar a reserva de um Cruzeiro ou de um Pacote de Férias, a pessoa que a efectua confirma, concorda e aceita que todas as pessoas indicadas no pedido de reserva e na factura concordaram em se sujeitar aos Termos e Condições de Reserva e que ele/ela tem poderes para

aceitar estes Termos e Condições de Reserva em nome e por conta de todas essas pessoas indicadas no pedido de reserva e na factura.

1.3 Um depósito não reembolsável de 15% por pessoa (Cruzeiros Europeus) e de 15% por pessoa (fora da Europa) é devido e deve ser pago pelo Passageiro no momento da reserva. Para o Cruzeiro Volta ao Mundo é devido um depósito não reembolsável de 15% do preço do pacote, o qual deve ser pago pelo Passageiro no prazo de uma semana contado a partir da data da confirmação da reserva.

1.4 A reserva estará finalizada e o contrato produzirá efeitos apenas quando a Companhia a aceitar, através do envio de uma factura de confirmação ao Passageiro ou ao agente de vendas do Passageiro.

2. CONTRATO

2.1 Todos os Pacotes de Férias estão sujeitos à disponibilidade existente à data da reserva. Não será celebrado qualquer Contrato até que o depósito (ou a quantia total) seja pago (em conformidade com os presentes Termos e Condições de Reserva) e seja entregue ao Passageiro a factura de confirmação.

2.2 O pagamento integral deverá ser efectuado até 40 dias antes da partida. No caso do World Cruise, o pagamento integral deverá ser efectuado até 60 dias da partida.

2.3 Se o pedido de reserva for efectuado até 40 dias antes da partida, deverá ser feito nessa altura o pagamento integral. No caso do World Cruise, se o pedido de reserva for efectuado até 60 dias da partida, deverá ser feito nessa altura o pagamento integral.

2.4 Se qualquer Passageiro não pagar a parte restante do preço até 40 dias antes da partida (60 dias no caso do World Cruise), a Companhia tem o direito de cancelar a reserva sem aviso prévio e de debitar as despesas de cancelamento de acordo com o parágrafo 13 infra), quer o Pacote de Férias seja posteriormente vendido quer não o seja.

3. PREÇOS E GARANTIA DE PREÇOS

3.1 Não haverá alteração de preços no Pacote de Férias no período de vinte dias que antecede a partida ou desde o momento em que o preço integral tenha sido recebido pela Companhia

3.2 A Companhia reserva-se o direito de alterar os preços do Contrato em qualquer momento anterior ao acima indicado (em 3.1.) para acomodar as variações de:

- a) Custos de transporte aéreo;
- b) Custos de combustível para a propulsão da embarcação;
- c) Direitos, taxas ou honorários cobráveis por serviços tais como taxas de embarque ou desembarque em portos ou aeroportos;
- d) taxas de câmbio relacionadas com o Pacote de Férias.

As variações podem ser para mais ou para menos. No caso da alínea a) qualquer variação no preço do Pacote de Férias será igual ao valor extra cobrado pela companhia aérea. No caso da alínea b) qualquer variação do preço do Pacote de Férias será igual a 0,33% do preço do

cruzeiro por cada dólar de aumento do combustível por barril (Índice NYMEX). No caso da alínea c) qualquer variação do Pacote de Férias será igual ao montante total das referidas taxas ou honorários.

3.3 Se o aumento no Pacote de Férias representar mais de 8% do preço total do Pacote de Férias à data da reserva, o Passageiro terá o direito à resolução do Contrato e à restituição integral do preço do Pacote de Férias dentro dos limites e até ao máximo do preço efectivamente pago pelo Passageiro à data do cancelamento. Tal direito ao reembolso não inclui os prémios de seguro pagos, pois estes não são, em caso algum, reembolsáveis.

3.4 Para exercer o direito de resolução, o Passageiro deverá notificar a Companhia por escrito no prazo de 3 dias contados da data da recepção da notificação do aumento de preço.

4. SEGURO

4.1 A Companhia recomenda que todo e qualquer Passageiro deva ter uma apólice de seguro adequada que tenha a cobertura suficiente para o cancelamento do Pacote de Férias, assistência médica e despesas, perda e/ou danos da bagagem, para o período a partir do qual o contrato foi confirmado como reservado até ao final do Pacote de Férias, tal como especificado nas páginas dedicadas do catálogo ou uma apólice equivalente.

4.2 Em caso de não existir a contratação de nenhum seguro pelo Passageiro (seja através da Companhia, do Agente de Viagens ou de terceiros), este assumirá toda a responsabilidade e prejuízos que podem derivar da ausência da contratação de seguro.

4.3 A MSC Cruises dispõe de vários seguros disponíveis que podem ser reservados. Para saber mais sobre os seguros Basic Individual e Família e/ou Multirisk Individual e Família, [clique AQUI](#)

5. PASSAPORTE E VISTOS

5.1 Os Passageiros deverão deter passaportes válidos para a duração integral do Pacote de Férias, e a data de validade deve ser para, pelo menos, seis meses após a data do regresso. Certos países, em particular a Rússia e os EUA, requerem passaportes de leitura óptica e com fotografias digitais.

5.2 A Companhia não se responsabiliza pela obtenção de vistos para nenhum Passageiro, uma vez que é da responsabilidade individual de cada Passageiro essa obtenção.

É dever do Passageiro verificar que o seu passaporte, visto, ou outro documento para viajar é aceite nos países para onde o Pacote de Férias é utilizado. Os Passageiros são vivamente aconselhados a verificar todos os requisitos legais para viajar para o estrangeiro e para os diversos portos para incluir os requisitos de visto, imigração, alfândega e saúde.

6. APTIDÃO PARA VIAJAR

6.1 A segurança de todos os passageiros é de suprema importância para a Companhia, pelo que todos os Passageiros devem garantir que estão aptos para viajar por mar (e, se aplicável, por ar) e que a sua conduta ou estado não irão causar obstáculos à segurança ou conveniência da embarcação ou da aeronave e dos outros Passageiros, e que podem ser transportados em segurança de acordo com as exigências de segurança estabelecidas na legislação da UE e na legislação nacional.

6.2 Qualquer Passageiro em situação física ou psíquica que possa afectar a sua aptidão para viajar, tendo em conta o itinerário do navio, deve informar a Companhia à data da reserva e apresentar um atestado médico antes de efectuar a reserva.

6.3 Em qualquer caso, a Companhia e/ou os Transportadores têm o direito – que poderão ou não exercer - de pedir ao Passageiro que apresente declaração médica que corrobore a aptidão para viajar.

6.4 É requerido às mulheres grávidas, em qualquer fase de gestação, que procurem aconselhamento médico antes de viajar. Devem apresentar um atestado médico que confirme que estão aptas para viagem no navio tendo em conta aquele itinerário específico.

6.5 A Companhia e/os Transportadores não têm a bordo dos navios cruzeiro instalações ou equipamentos médicos adequados para efectuar partos. A Companhia não pode aceitar uma reserva e o Transportador não pode transportar qualquer Passageira que se encontre numa fase de gestação igual ou superior a 24 semanas no final do Cruzeiro.

6.6 A Companhia e o Transportador reservam-se expressamente ao direito de recusar o direito de embarcar a qualquer Passageira que aparente estar numa fase avançada da gravidez ou que não apresente o atestado médico de acordo com o artigo 6.4. acima, e não serão responsabilizadas por essa recusa.

6.7 No caso de uma reserva ser efectuada por Passageira que na altura da reserva não estava, nem podia razoavelmente estar, ciente do facto de estar grávida, e tendo em conta a cláusula 6.5 acima, a Companhia oferece à Passageira a escolha entre reservar qualquer outro Cruzeiro constante da brochura e/ou do website oficial, de qualidade equivalente, de acordo com os termos acima mencionados, se disponível; ou cancelar e receber o reembolso da totalidade do preço pago por essa Passageira, desde que o cancelamento seja notificado imediatamente logo que a Passageira tome conhecimento da sua condição. O reembolso não incluirá prémios de seguro pagos que não são em nenhum caso reembolsáveis.

6.8 Se for aparente para o Transportador, para o Comandante ou para o Médico do Navio que um Passageiro, por qualquer razão, não está apto para viajar, é provável que coloque em perigo a segurança, ou que é provável que lhe seja recusada permissão de desembarcar em qualquer porto, ou que torne o Transportador responsável pelo seu sustento, apoio ou repatriamento, o Comandante terá o direito de recusar o embarque do Passageiro em qualquer porto ou o desembarque do Passageiro em qualquer porto, ou de transferir o Passageiro para outra camarata ou camarote. O Médico do Navio terá o direito de administrar primeiros socorros ou qualquer medicamento, terapia ou outro tratamento médico e/ou admitir e/ou confinar o Passageiro ao hospital do navio ou outra instalação semelhante, se tal medida for considerada necessária pelo Médico e apoiada pela autoridade do Comandante. A recusa do Passageiro em cooperar com esse tratamento poderá resultar no desembarque do Passageiro em qualquer porto, se necessário através da intervenção da polícia local ou outras autoridades competentes, e nem a Companhia nem o Transportador poderão ser responsabilizados por qualquer perda, despesa ou indemnização ao Passageiro.

6.9 Sendo recusado o embarque ao Passageiro por motivos relacionados com a aptidão para viajar, nem a Companhia nem o Transportador serão responsáveis perante o Passageiro.

7. PASSAGEIROS COM DEFICIÊNCIA E PASSAGEIROS COM MOBILIDADE REDUZIDA

7.1 A prioridade da Companhia e do Transportador é sempre o conforto e segurança dos seus Passageiros e para atingir tais objectivos é pedido ao Passageiro que, na altura da reserva, forneça tanta informação quanto possível em relação aos assuntos abaixo para que a Companhia e o Transportador possam considerar o transporte do Passageiro de uma maneira segura e operacionalmente viável, tendo em conta todos os pormenores relacionados com o design da embarcação ou da infra-estrutura do porto e dos equipamentos, incluído dos terminais portuários que possam tornar impossível levar a cabo o embarque, desembarque ou o transporte do Passageiro, o que poderá ter efeito no conforto e segurança dos Passageiros.

7.2 Aquando da reserva é solicitado ao Passageiro que indique detalhadamente:

- a) Se encontra debilitado, doente, incapacitado ou com mobilidade reduzida;
- b) Se o Passageiro necessita de um camarote especial para Deficientes, uma vez que existe um número limitado de camarotes com condições para pessoas com necessidades especiais, e a Companhia gostaria de, sempre que possível, acomodar o Passageiro de maneira a que este se sinta confortável e seguro durante a duração do cruzeiro;
- c) se o Passageiro necessita de assento especial;
- d) se o Passageiro necessita de levar consigo para bordo equipamento médico;
- e) se o Passageiro precisa de levar consigo a bordo um cão-guia certificado. É importante salientar que tais cães-guia estão sujeitos a regulamentos nacionais.

7.3 Sempre que a Companhia e/ou o Transportador considerem estritamente necessário para a segurança e conforto do Passageiro e com o objectivo de o Passageiro poder desfrutar completamente do seu cruzeiro, pode requerer que um passageiro com deficiência ou com mobilidade reduzida seja acompanhada por outra pessoa com capacidade para disponibilizar a assistência requerida por aqueles. Esta exigência será baseada apenas na avaliação efectuada pela Companhia e/ou pelo Transportador quanto à necessidade do Passageiro em termos de segurança e pode variar de embarcação para embarcação ou/e de itinerário para itinerário. Pede-se aos Passageiros confinados a cadeira de rodas que se façam acompanhar da sua própria cadeira de rodas dobrável de tamanho-padrão e pode também ser solicitado que se façam igualmente acompanhar por companheiro de viagem com aptidão e capacidade para os auxiliar.

7.4 Se o Passageiro tem alguma condição especial, deficiência ou mobilidade reduzida que requeira cuidado pessoal ou supervisão, esses cuidados pessoais e supervisão terão de ser organizados pelo Passageiro e a expensas suas. O Navio não está apto a prestar cuidados temporários, cuidados pessoais individualmente, supervisão ou outra forma de cuidados para doenças físicas ou psiquiátricas.

7.5 Se, depois de avaliar cuidadosamente as necessidades específicas e pedidos do Passageiro, a Companhia e/ou o Transportador concluir que o Passageiro não pode ser transportado com segurança de acordo com os requisitos de segurança aplicáveis, a Companhia poderá recusar se a aceitar a reserva ou o embarque de um Passageiro com Deficiência ou com Mobilidade Reduzida com base em motivos de segurança.

7.6 A Companhia reserva-se o direito de recusar o transporte de qualquer Passageiro que não tenha notificado adequadamente a Companhia das suas deficiências ou necessidade de assistência por forma a permitir uma avaliação informada pela Companhia e/ou pelo Transportador da possibilidade do Passageiro ser transportado em condições de segurança e operacionalmente viáveis. Se o Passageiro não concordar com a decisão da Companhia nos termos das cláusulas 7.5 a 7.6 dos presentes Termos e Condições de Reserva, deverá participar a sua reclamação por escrito com toda a documentação necessária à Companhia.

7.7 A Companhia reserva-se o direito de recusar o transporte de qualquer Passageiro que, na opinião da Companhia e/ou do Transportador não está apto para viajar, ou cuja condição possa constituir um perigo para si próprio ou para os restantes Passageiros, com base em motivos de segurança.

7.8 Para segurança e conforto do Passageiro, se, entre a data da reserva do Pacote de Férias e a data do início do Pacote de Férias, o Passageiro tiver conhecimento que necessitará de cuidados especiais e assistência tal como acima descrita, é-lhe solicitado que informe a Companhia imediatamente para que esta e/ou o Transportador possam avaliar de maneira informada se o Passageiro pode ou não ser transportado em segurança e de forma operacionalmente viável.

7.9 Os Passageiros com deficiência ou com mobilidade reduzida poderão não ter possibilidade de ir a terra em portos onde as embarcações não aportam de lado ao longo do cais. A Companhia disponibiliza uma lista destes portos mediante pedido escrito.

7.10 Em alguns portos, é necessário ancorar no alto mar em vez de atracar ao longo do cais. Quando é este o caso, o Transportador usará um escaler para levar os Passageiros a terra. Um escaler é um pequeno navio e pode não ser adequado para Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida ou problemas de equilíbrio. Quando se usa escaleres, a segurança é a prioridade máxima. É importante que os Passageiros estejam habilitados a usar o escaler em segurança. Pode ser solicitado aos Passageiros que desçam para uma plataforma ou pontão até ao escaler. Poderão existir degraus tanto para baixo como para cima e os Passageiros podem ter de vencer um fosso entre a plataforma e o escaler (que pode ser de aproximadamente 1,5 pés). Dependendo do clima, maré e condições marítimas, pode haver algum movimento, que pode mudar no decurso do dia. Os Passageiros devem estar aptos e serem suficientemente ágeis para aceder e desembarcar do escaler. Se os Passageiros têm mobilidade reduzida, ou usam um auxiliar de mobilidade como por exemplo uma bengala, então devem cuidadosamente considerar a sua aptidão para embarcar no escaler antes de descender até à plataforma. Ao tomar a decisão, os passageiros devem ter em consideração o uso de degraus, a possibilidade de uma distância e diferenças de altura entre a plataforma e o escaler, e o potencial movimento súbito do escaler. Cadeiras de rodas e motas de mobilidade não serão transportadas pelos membros da tripulação para dentro do escaler. Todos os Passageiros devem ser suficientemente ágeis para usar os escaleres de forma autónoma. No limite, o transporte por escaler pode ser recusado pelo comandante ou qualquer outro dos seus funcionários se houver alguma dúvida quanto à segurança de qualquer Passageiro.

Todos os Passageiros devem ter cuidados redobrados ao entrar e sair do escaler. Lá haverá membros da tripulação para guiar e estabilizar os Passageiros enquanto embarcam e desembarcam mas não podem apoiar, levantar ou transportar Passageiros. As mesmas precauções aplicam-se quando os Passageiros desembarcarem do escaler no porto.

8. QUESTIONÁRIO DE SAÚDE PÚBLICA

8.1 A Companhia e/ou o Transportador e/ou autoridades de saúde em qualquer porto poderão apresentar um questionário de saúde pública por sua própria conta. O Passageiro deverá fornecer informação precisa no que diz respeito a sintomas de qualquer doença, incluindo as doenças gastrointestinais e H1N1. O Transportador poderá recusar o embarque de qualquer Passageiro quando considere, à sua discricção, que este tem sintomas de qualquer doença, incluindo doenças bacterianas ou virais, designadamente o Norovírus ou H1N1. A recusa por parte de qualquer Passageiro em completar o questionário poderá resultar na recusa do embarque.

8.2 No caso de o Passageiro ficar doente no decurso do cruzeiro, acometido de doença de origem bacteriana ou viral, o médico de bordo poderá solicitar-lhe que permaneça no seu camarote por motivos de segurança.

9. ALERGIAS ALIMENTARES

9.1 Relembra-se os Passageiros que alguns alimentos poderão causar uma reacção alérgica em determinadas pessoas devido à intolerância a alguns dos ingredientes. Se o Passageiro tiver alergias conhecidas, ou intolerância a algum alimento, deverá informar a Companhia à data da Reserva (preenchendo devidamente o formulário específico) e depois reportar ao Maître d'hôtel logo que possível após o embarque no navio.

9.2 É da responsabilidade do Passageiro assegurar-se de que evita qualquer comida a que seja alérgico. A Companhia terá todo o cuidado razoável se for avisada por escrito que qualquer comida específica ou ingrediente particular podem provocar reacção alérgica no Passageiro, e assistirá o Passageiro no possível para evitar tal comida ou ingrediente desde que lhe seja comunicado pelo Passageiro de acordo com a cláusula 9.1. acima; na ausência de tal informação, nem a Companhia, nem o Transportador poderão ser tidos como responsáveis por preparar comida especial para o Passageiro ou pela ingestão de outras comidas preparadas. Em caso de múltiplas alergias/intolerâncias, mesmo informados de acordo com o presente, a Companhia ou o Transportador podem não conseguir evitar o risco de contaminação cruzada durante a preparação da comida, e como tal, não podem nem a Companhia nem o Transportador ser responsabilizados se tal contaminação ocorrer.

10. ASSISTÊNCIA MÉDICA

10.1 Os Passageiros são firmemente aconselhados a possuir um seguro abrangente de saúde em viagem que cubra as despesas e custos de tratamento médico e repatriamento.

10.2 Em cumprimento dos requisitos do país do seu registo, existe um Médico qualificado a bordo e um centro médico equipado apenas para primeiros socorros e doenças menores. O Passageiro reconhece deste modo e aceita na altura da reserva que o centro médico não se encontra equipado como um hospital de terra e que o Médico não é um especialista. Assim, nem a Companhia, nem o Transportador, nem o Médico serão responsáveis perante o Passageiro em resultado de qualquer inabilidade para tratar qualquer condição médica em resultado desse facto.

10.3 O Passageiro reconhece que apesar de existir a bordo da embarcação um Médico qualificado, é sua obrigação e da sua responsabilidade procurar assistência médica se tal for necessário durante o cruzeiro, sendo responsável pelo pagamento desses serviços médicos a bordo.

10.4 Em caso de doença ou acidente, os Passageiros poderão ter de ser desembarcados para terra pelo Transportador e/ou comandante para tratamento médico. Nem o Transportador nem a Companhia asseguram nem aceitam responsabilidade no que toca à qualidade das instalações médicas disponíveis ou pelos tratamentos em qualquer porto de escala ou no local em que o Passageiro é desembarcado. As instalações médicas e os respectivos padrões variam de porto para porto. Nem a Companhia nem o Transportador se responsabilizam ou garantem os padrões do tratamento médico em terra.

10.5 A opinião profissional do Médico no que diz respeito à aptidão do Passageiro para embarcar ou para prosseguir no cruzeiro é definitiva e vincula o Passageiro.

10.6 É aconselhável que se procure opinião médica antes de reservar viagens para crianças até 12 meses de idade. Para que não restem dúvidas, a cláusula 6 e os requisitos de aptidão para viajar aplicam-se a todos os Passageiros, incluindo crianças.

11. EQUIPAMENTO MÉDICO

11.1 É importante que os Passageiros contactem o fabricante ou fornecedor para se certificarem de que os equipamentos médicos que pretendem levar para bordo são seguros para serem utilizados. É da responsabilidade do Passageiro organizar a sua entrega nas docas antes do embarque de todos os equipamentos médicos e de notificar a Companhia antes da reserva da necessidade de equipamentos médicos a bordo para que a Companhia e o Transportador se possam assegurar que tais equipamentos podem ser transportados em segurança.

11.2 É da responsabilidade do passageiro assegurar-se de que todo o equipamento médico está operacional e de que é suficiente para durar toda a viagem. O Navio não transporta equipamento de substituição e o acesso a cuidados e equipamentos em terra pode ser difícil e dispendioso. Os Passageiros devem estar aptos a operar todo o equipamento.

12. MODIFICAÇÕES NAS RESERVAS SOLICITADAS PELO PASSAGEIRO

APLICÁVEL AOS CRUZEIROS TEMPORADA VERÃO 2019/ INVERNO 2019-20 / VERÃO 2020 / INVERNO 2020-21 (RESERVAS A PARTIR DE 02 OUTUBRO DE 2017)

12.1 O Passageiro pode-se fazer substituir por uma terceira pessoa, contanto que:

- (i) essa terceira parte satisfaça todas as condições requeridas para o uso do Pacote de Férias; e
- (ii) a Companhia seja avisada por escrito, com uma antecedência mínima de 7 dias úteis antes da partida do Cruzeiro

Se os requisitos acima mencionados estiverem preenchidos, a mudança de nome estará em qualquer caso sujeita a uma taxa que reflecte os custos para a Companhia para efectuar a mudança (ver cláusula 12.3 em baixo)

BELLA	FANTASTICA	AUREA	YACHT CLUB	
€50	€50	€50	€50	

Os pedidos de substituição do nome efectuados dentro de 7 dias antes do embarque serão considerados como cancelamentos.

O Passageiro e o terceiro cessionário serão responsáveis conjuntamente perante a Companhia pelo pagamento do preço do Pacote de Férias e qualquer custo adicional que possa existir devido à mudança de nome do Passageiro.

12.2 Além disso, mesmo após a factura de confirmação ter sido emitida, o Passageiro tem ainda o direito de trocar, apenas uma vez, o Pacote de Férias ("Pacote de Férias Original") adquirido por outro Pacote de Férias ("Novo Pacote de Férias") dentro dos seguintes condicionalismos:

- (i) A data de partida do Novo Pacote de Férias seja posterior à data de partida do Pacote de Férias Original;
- (ii) O pedido de substituição do Pacote de Férias Original pelo Pacote de Férias Novo for recebido pela Companhia com a antecedência mínima de 30 dias em relação à data agendada

para a partida do Pacote de Férias Original e que haja lugares disponíveis no Pacote de Férias Novo;

(iii) O itinerário para o Pacote de Férias Novo se refira ao mesmo destino que o Pacote de Férias Original tal como referido na respetiva brochura da Companhia (ou website oficial); e

(iv) A data de partida prevista do Pacote de Férias Novo esteja dentro do prazo de um ano a contar da data prevista para o Pacote de Férias Original.

Se estas condições enunciadas acima estiverem preenchidas, a substituição do Pacote de Férias Original pelo Pacote de Férias Novo estará em todo o caso sujeita à seguinte taxa administrativa por Passageiro:

BELLA	FANTASTICA	AUREA	YACHT CLUB	
€50	€50	€50	€50	

Entende-se ainda que, para além da taxa administrativa supra referida, se o preço do Pacote de Férias Novo for mais alto do que o Pacote de Férias Original, a diferença do preço e do prémio do seguro será exclusivamente suportada pelo Passageiro.

Por outro lado, se o preço do Pacote de Férias Novo for inferior ao preço do Pacote de Férias Original, o Passageiro não terá direito a qualquer reembolso.

Em caso de substituição do Pacote de Férias Original pelo Pacote de Férias Novo, o Passageiro tem direito de se retirar do Contrato e consequentemente serão aplicadas taxas de cancelamento; as taxas de cancelamento serão baseadas no preço devido (de acordo com as provisões acima descritas) e na tabela estabelecida na cláusula 13 (Cancelamento por parte do Passageiro), de acordo com a data de partida do Pacote de Férias Original.

A Companhia desenvolverá os esforços razoáveis para satisfazer os pedidos do Passageiro para alterações de voos, transportes e outros serviços, e adaptá-los ao Pacote de Férias Novo. Em caso algum pode a Companhia ser responsabilizada pelo facto de não poderem ser satisfeitos pedidos alterados.

12.3 A alteração de nome e data nem sempre é permitida pelos transportadores aéreos e outros fornecedores de transportes e serviços. A maioria dos transportadores aéreos e fornecedores de transportes e serviços tratam as modificações como cancelamentos e cobram de acordo com essa situação. Quaisquer custos adicionais incluindo taxas de cancelamento e/ou preços adicionais cobrados pelos transportadores aéreos ou terceiros fornecedores serão exclusivamente da conta do Passageiro.

12.4 Salvo o acima disposto, quaisquer outras alterações à Reserva poderão ser requeridas (mesmo após a factura de confirmação ter sido emitida) até 61 dias antes da partida, sujeitas a uma taxa administrativa mínima de €50 por pessoa por alteração. Qualquer custo adicional que seja consequência da alteração será exclusivamente da conta do Passageiro e será debitado como parte da taxa mencionada na cláusula 12.1 (ii) acima.

12.5 Os pedidos de alterações na reserva recebidos pela Companhia para além do prazo acima mencionado serão tratados como cancelamentos, sendo aplicadas as despesas de cancelamento previstas na cláusula 13.

12.6 No caso de as alterações requeridas pelos Passageiros implicarem a emissão de novos bilhetes de Cruzeiro, para além das despesas e taxas atrás mencionadas será devido o valor de € 25,00 por camarote para cobertura dos custos adicionais. Isto não se aplica às alterações de acordo com o ponto 12.1 no qual as modificações reflectem os custos efectivos.

12.7 Quaisquer alterações requeridas pelo Passageiro numa Grand Tour deverão ser sempre aplicadas a todo o Pacote de Férias. Todos os limites temporais relevantes decorrerão desde a data de partida prevista do Primeiro Cruzeiro do Cruzeiro-Combinado.

12.8 A Tarifa Azul, ou qualquer outra tarifa promocional não publicada no catálogo, pode estar sujeita a condições mais restritivas ao fazer modificações na reserva. Verifique com o seu agente de viagens ou visite msccruzeiros.pt para mais informações.

13. CANCELAMENTO POR PARTE DO PASSAGEIRO

APLICÁVEL AOS CRUZEIROS TEMPORADA VERÃO 2019/INVERNO 2019-20/VERÃO 2020/INVERNO 2020-21

13.1 O cancelamento da Reserva deve ser efectuado por escrito à Companhia (carta registada, e-mail ou fax) ou através do Agente de Vendas do Passageiro. Todos os bilhetes emitidos e a factura de confirmação devem ser devolvidos juntamente com o aviso de cancelamento.

13.2 Excepto o estabelecido na cláusula 13.3 abaixo, para cobertura dos prejuízos estimados causados pelo cancelamento, a Companhia debitará despesas de cancelamento de acordo com a seguinte tabela:

CRUZEIROS < 15 DIAS:

DIAS ANTES DA PARTIDA	
60 dias ou mais	€50*
de 59 a 30 dias	25% do pacote de férias
de 29 a 22 dias	40% do pacote de férias
de 21 a 15 dias	60% do pacote de férias
de 14 a 6 dias	80% do pacote de férias
de 5 a 0 dias**	100% do pacote de férias

CRUZEIROS = ou > 15 DIAS

DIAS ANTES DA PARTIDA	
90 dias ou mais	€50*
de 89 a 60 dias	25% do pacote de férias
de 59 a 52 dias	40% do pacote de férias
de 51 a 35 dias	60% do pacote de férias
de 34 a 15 dias	80% do pacote de férias
De 14 a 0 dias**	100% do pacote de férias

CRUZEIRO EM MSC YACHT CLUB (PARTIDAS A PARTIR DE 01.01.2019 - RESERVAS A PARTIR DE 16.12.2018):

DIAS ANTES DA PARTIDA	MSC YACHT CLUB
120 dias ou mais	€100*
de 119 a 90 dias	25% do pacote de férias
de 89 a 60 dias	40% do pacote de férias

de 59 a 30 dias	60% do pacote de férias
de 29 a 15 dias	80% do pacote de férias
de 14 a 0 dias**	100% do pacote de férias

CRUZEIRO VOLTA AO MUNDO > MSC WORLD CRUISE (JANEIRO 2020 + JANEIRO 2021):

DIAS ANTES DA PARTIDA	
120 dias ou mais	15% do pacote de férias* NÃO REEMBOLSÁVEL
de 119 a 60 dias	25% do pacote de férias
de 59 a 15 dias	50% do pacote de férias
de 14 a 10 dias	75% do pacote de férias
de 9 a 0 dias **	100% do pacote de férias

* ou perda de depósito, valendo o valor mais alto.

** "não comparência" na partida e infringir o Pacote de Férias será lido como um cancelamento realizado no dia da partida.

13.3 No caso de um camarote permanecer para usufruto individual (*single*) após o cancelamento de um Passageiro, o Passageiro ocupando o camarote em usufruto individual terá que pagar um suplemento *single* cobrado pela Companhia por qualquer reserva de camarote individual. Em alternativa, se o passageiro que se mantém na reserva decidir cancelá-la, pagará as despesas de cancelamento de acordo com a cláusula 13.2, para além do prémio do seguro.

13.4 Poderá ser possível ao Passageiro reclamar estas despesas de cancelamento junto do seu fornecedor de seguro de viagem, sujeito às franquias aplicáveis. É da responsabilidade do Passageiro efectuar tal reclamação nos termos da sua apólice de seguro.

13.5 O Passageiro pode requerer o cancelamento da Grand Tour, mas tal cancelamento será sempre aplicável a todo o Pacote de Férias. Todos os limites temporais relevantes decorrerão desde a data de partida prevista do Primeiro Cruzeiro do Cruzeiro-Combinado.

13.6 O Passageiro não será responsável pelo pagamento das taxas referidas nas cláusulas 13.2 e 13.3 acima se o cancelamento se ficar a dever a circunstâncias de força maior que tenham lugar no local de destino ou nas suas imediações e afectem significativamente o desempenho do Pacote de Férias ou que significativamente afectem o transporte de passageiros para o destino.

14. ALTERAÇÕES À RESERVA EFECTUADAS PELA COMPANHIA

14.1 A planificação do Cruzeiro é realizada com muitos meses de antecedência pela Companhia. Ocasionalmente poderá ser necessária a sua alteração, e como tal, a Companhia reserva-se expressamente o direito de alterar as disposições para o Pacote de Férias, no caso dessas alterações se tornarem necessárias ou aconselháveis por motivos operacionais, comerciais ou de segurança.

14.2 No caso de ocorrer uma alteração significativa de algum elemento essencial do Contrato, a Companhia informará, por escrito e logo que seja razoavelmente possível, o Passageiro ou o seu Agente de Vendas de tal alteração.

O Passageiro terá então a opção de:

a) Aceitar a alteração; ou

b) Efectuar Reserva de outro Pacote de Férias da brochura da Companhia de qualidade equivalente ou superior, se disponível; ou

c) Efectuar Reserva de outro Pacote de Férias da brochura da Companhia de qualidade inferior, se disponível, sendo reembolsado da diferença de preço; ou

d) Efectuar o Cancelamento e receber o reembolso total de todas as quantias pagas.

14.3 A notificação de alterações especificará um prazo de resposta razoável dentro do qual o Passageiro deverá notificar a Companhia da sua decisão. A notificação especificará igualmente que se o Passageiro não responder dentro do prazo indicado, as alterações serão consideradas aceites.

14.4 No caso de, no final de um Cruzeiro ou Pacote de Férias, não ser possível assegurar o retorno do Passageiro ao seu ponto de partida, tal como estipulado no contrato, devido a circunstâncias inevitáveis e extraordinárias, a Companhia suportará o custo da acomodação necessária, se possível de categoria equivalente, por um período que não excederá três noites por viajante. Caso a legislação da UE referente aos direitos dos Passageiros aplicável ao meio de transporte em causa atribua um período mais longo, será esse o período aplicável.

14.5 A Companhia tem o poder de assignar ao Passageiro um camarote distinto do estabelecido no contrato, desde que tenha características semelhantes. Ao existir uma mudança de alojamento para um camarote de menor preço, os Passageiros afectados por essa mudança terão direito unicamente ao reembolso da diferença de preço, segundo as tarifas do catálogo.

15. CANCELAMENTO POR PARTE DA COMPANHIA

15.1 A Companhia reserva-se o direito de cancelar qualquer Pacote de Férias em qualquer altura através de notificação por escrito enviada ao Passageiro.

15.2 Se o cancelamento for devido a motivo de força maior e/ou a quaisquer circunstâncias invulgaes ou imprevisíveis que escapem ao controlo da Companhia, e cujas consequências não poderiam ter sido por esta evitadas mesmo agindo com todo o devido cuidado, a Companhia oferecerá ao Passageiro as seguintes opções:

a) Receber o reembolso total das quantias pagas; ou

b) Reservar outro Pacote de Férias da brochura da Companhia e/ou do website oficial de qualidade equivalente ou superior, sem qualquer custo adicional, se disponível; ou

c) Reservar outro Pacote de Férias da brochura da Companhia e/ou do website oficial de qualidade inferior, se disponível, com o reembolso da diferença no preço.

15.3 A decisão do Passageiro deverá ser notificada à Companhia por escrito ou através do seu Agente de Vendas no prazo de 3 dias após o aviso de cancelamento.

16. A RESPONSABILIDADE DA COMPANHIA

16.1 Nos termos do disposto na cláusula 16.3 a 16.8 abaixo, a Companhia aceita a responsabilidade pela morte, ferimento ou doença provocados por actos e/ou omissões negligentes, seus ou de quem lhe forneça serviços que façam parte do Pacote de Férias. A responsabilidade da Companhia é limitada, quando aplicável, pelas convenções mencionadas

nos pontos 16.4 a 16.14, inclusive. A responsabilidade da Companhia em relação ao Passageiro rege-se também pelas Convenções Internacionais mencionadas abaixo (ver cláusulas 16.4 a 16.14) que estabelecem limites à responsabilidade do Transportador. A Companhia não é responsável por situações de falta de desempenho ou deficiente desempenho que sejam:

a) totalmente atribuíveis a falta do Passageiro.

b) resultantes de actos ou omissões de terceiros, imprevisíveis ou inevitáveis, e que não estejam relacionados com fornecimento de serviços de acordo com o Contrato;

c) resultantes de circunstâncias inusitadas ou imprevisíveis que a Companhia, ou quem forneça serviços que façam parte do Pacote de Férias, não possam controlar ou a cujas consequências não possam obviar, ainda que o cuidado necessário tenha sido empregue, incluindo (mas não só) o evento de força maior; ou

d) em que a Companhia e/ou terceiro que forneça serviços que façam parte do Pacote de Férias não pudessem, mesmo com todo o devido cuidado, ter previsto ou impedido a sua produção.

16.2 Em caso de reclamações que não envolvam lesões corporais, morte ou doença ou que não estejam sujeitas às convenções referidas e relacionadas nas cláusulas 16.4 a 16.14, inclusive, a responsabilidade da Companhia por cumprimento defeituoso do Contrato será limitada a um máximo de três vezes o preço que o Passageiro lesado tenha pago pelo Pacote de Férias (excluindo prémios de seguro e despesas de alteração).

16.3 Todo o transporte (terrestre, marítimo e aéreo) está sujeito às Condições de Transporte do Transportador efectivo. Estas Condições podem limitar ou excluir a responsabilidade. As Condições referidas estão expressamente incorporadas nos presentes Termos e Condições Gerais e considera-se terem sido expressamente aceites pelo Passageiro na altura da Reserva. A pedido, a Companhia disponibiliza cópias destes termos e condições.

16.4 O transporte de Passageiros e da sua bagagem por ar é regulado por várias convenções internacionais ("as Convenções Aéreas Internacionais"), incluindo a Convenção de Varsóvia de 1929 (alterada pelo Protocolo de Haia de 1955 ou o Protocolo de Montreal de 1999 ou outros) ou a Convenção de Montreal de 1999. Na medida em que a Companhia possa ser responsável como transportadora aérea não efectiva face aos Passageiros e relativamente ao transporte aéreo, os termos das Convenções Aéreas Internacionais (incluindo quaisquer alterações subsequentes e qualquer nova convenção que possa ser aplicável a um Contrato para um Cruzeiro entre a Companhia e um Passageiro) estão expressamente incorporados nestes Termos e Condições Gerais e nas Condições Gerais de Transporte. As Convenções Aéreas Internacionais estabelecem limitações de responsabilidade do Transportador por morte e lesão corporal, perda ou danos causados à bagagem e atraso. Qualquer responsabilidade da Companhia em relação ao Passageiro resultante de transporte aéreo está sujeita à limitação de responsabilidade estabelecida em tais Convenções. Estão disponíveis cópias destas convenções mediante pedido.

16.5 Na medida em que a Companhia possa ser responsabilizada em relação a um Passageiro por reclamações decorrentes de transporte aéreo, terrestre ou marítimo, a Companhia goza de todos os direitos, defesas, imunidades e limitações disponíveis, respectivamente, aos transportadores efectivos (incluindo os próprios Termos e Condições Gerais de Transporte) e ao abrigo de todas os regulamentos e convenções aplicáveis, tais como a Convenção de Atenas, a Convenção de Montreal, e nada nestes Termos e Condições Gerais nem nas Condições Gerais de Transporte deverão ser consideradas como uma renúncia a isso. Se algum termo, condição,

secção ou disposição se tornar inválido ou for assim julgado, os restantes termos, condições, secções e disposições deverão ser considerados separáveis e deverão manter-se em vigor.

16.6 A eventual responsabilidade da Companhia e do Transportador pelos danos sofridos em virtude de morte ou danos corporais para o Passageiro, ou perda ou danos da bagagem, deve ser determinada de acordo com o seguinte:

16.7 O Regulamento de Transporte Marítimo 392/2009, relativo aos Direitos dos Passageiros quando viagem por mar no caso de Acidentes (Regulamento da UE 392/2009), deve ser aplicado ao transporte internacional por mar quando o porto de embarque ou desembarque se situa na eu, quando o navio tenha uma bandeira da eu, ou quando o contrato de transporte seja celebrado na UE.

Está disponível uma Cópia do Regulamento da UE 392/2009 mediante pedido, e pode ainda ser encontrada e descarregada da Internet em https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/2724/annex-b-reg-ec-392-2009.pdf.

Um sumário deste Regulamento pode ser encontrado em <http://ec.europa.eu/transport/themes/passengers/maritime/doc/rights-in-case-of-accident.pdf>

Quando o navio esteja a ser utilizado para alojamento flutuante, as disposições da Convenção de Atenas de 1974 e os limites aí previstos serão aplicáveis e estão aqui expressamente incorporados nestes Termos e Condições Gerais incluindo quaisquer reclamações por perda ou dano da bagagem, e/ou morte e lesão corporal.

16.8 A extensão de prejuízos pelos quais a Companhia e o Transportador possam ser responsabilizados a pagar relativamente a morte e/ou lesão corporal e/ou perda ou dano na bagagem é limitado, e, em nenhuma circunstância, excederá os limites da responsabilidade estabelecidos no Regulamento da UE 392/2009, ou onde aplicável a Convenção de Atenas de 1974.

16.9 A responsabilidade da Companhia e do Transportador por morte, lesão corporal ou doença do Passageiro não excederá 46.666 Direitos Especiais de Saque (DSE) tal como estabelecido e definido na Convenção de Atenas de 1974 ou, onde aplicável, o montante máximo de 400,000 DSE de acordo com o Regulamento UE 392/2009 ou Convenção de Atenas 2002 e, quando haja responsabilidade por guerra e terrorismo ao abrigo do Regulamento da UE 392/2009 ou da Convenção de Atenas de 2002, 250,000 DSE.

A Responsabilidade da Companhia e do Transportador por perda ou dano da bagagem do Passageiro ou outro bem não pode exceder os 833 DSE por Passageiro ao abrigo da Convenção de Atenas de 1974 ou 2,250 DSE quando seja aplicável o Regulamento da UE 392/2009 ou a Convenção de Atenas de 2002.

Está acordado que tal responsabilidade da Companhia e do Transportador deverá estar sujeita às franquias aplicáveis por Passageiro, cujo valor deve ser deduzido na perda ou dano da bagagem ou de outro bem.

O Passageiro entende que a taxa de conversão dos DSE flutua diariamente e pode ser obtida através de um banco ou da internet. O valor de um DSE pode ser calculado visitando http://www.imf.org/external/np/fin/data/rms_five.aspx.

16.10 Presume-se a entrega, ao abrigo da Convenção de Atenas de 1974 e onde aplicável a Convenção de Atenas de 2002 ou o Regulamento UE 392/2009, da Bagagem pelo Transportador a um Passageiro, a não ser que seja emitida notificação escrita pelo Passageiro nos seguintes prazos:

- (i) Em caso de danos aparentes, antes ou no momento do desembarque ou reentrega
- (ii) Em caso de danos não aparentes, ou perda de bagagem, no prazo de quinze dias desde a data do desembarque ou da entrega, ou desde a data que tal entrega deveria ter sido realizada.

16.11 Se o transporte aqui previsto não for “transporte internacional” tal como definido no artigo 2 do Regulamento UE 392/2009 ou o navio está a ser usado como um alojamento flutuante e ou transporte marítimo interno no Reino Unido, as disposições da Convenção de Atenas de 1974 deverão ser aplicáveis a este contrato e consideradas como aqui incorporadas mutatis mutandis.

16.12 A Companhia não será responsabilizada por perdas e danos em quaisquer valores tais como quantias monetárias, títulos negociáveis, itens de metais preciosos, jóias, arte, câmaras, computadores, equipamentos electrónicos, ou quaisquer outros valores a não ser que sejam depositados com o Transportador para armazenamento em segurança, sendo um limite superior acordado expressamente e por escrito à data do depósito, com um custo adicional a ser pago pelo Passageiro para protecção do valor declarado. O uso de cofre do navio não é um depósito com o navio. Havendo responsabilidade por perdas ou danos dos valores depositados com o navio, esta é limitada a 1,200 DSE ao abrigo da Convenção de Atenas de 1974 ou 3,375 DSE no caso de ser aplicável o Regulamento UE 392/2009 ou a Convenção de Atenas de 2002.

16.13 A Companhia e o Transportador devem beneficiar integralmente de quaisquer leis aplicáveis que prevejam a limitação e/ou exoneração da responsabilidade (incluindo sem limitação, lei e/ou as leis do pavilhão do navio em respeito a/ou a limitação global dos danos recuperáveis pelo Transportador). Nada nestes Termos e Condições Gerais está destinado a fazer limitar ou privar a Companhia e o Transportador de tais limitações ou exoneração ou responsabilidade contratuais ou legais. O trabalhador e/ou agentes da Companhia e do Transportador deverão beneficiar totalmente de todas essas disposições relativas à limitação da responsabilidade.

16.14 Sem prejuízo das disposições de 16.7 a 16.13 acima, se qualquer reclamação for efectuada contra a Companhia ou o Transportador em qualquer jurisdição onde as aplicáveis isenções e limitações incorporadas nestes Termos e Condições Gerais sejam consideradas inaplicáveis por força da lei, a Companhia e o Transportador não serão responsabilizadas por morte, lesão, doença, dano, atraso ou outra perda ou prejuízo para qualquer pessoa ou bem decorrentes de qualquer causa de qualquer natureza que não tenha sido demonstrada que foi causada por falta ou negligência próprias da Companhia e do Transportador.

16.15 Mesmo que algo em contrário resulte em qualquer parte destes Termos e Condições Gerais, a Companhia não será em caso algum responsável por qualquer perda ou perda esperada de lucros, perda de rendimento, perda de uso, perda de contrato ou de outra oportunidade, nem por qualquer perda consequente ou indirecta ou dano de natureza semelhante.

16.16 A responsabilidade da Companhia está excluída para reclamações resultantes de perda ou dano directa ou indirectamente causados por circunstâncias em que o desempenho e/ou desempenho imediato do Contrato é impedido por motivo de guerra, ou ameaça de guerra, motim, conflito civil, conflito laboral quer relativo a trabalhadores da Companhia quer a outros,

actividade terrorista ou ameaça de actividade terrorista, falha de fornecimentos energéticos, riscos sanitários ou epidemias, desastre natural ou nuclear, incêndio ou condições meteorológicas adversas ou estados do mar adversos, suicídio do Passageiro ou tentativa de suicídio, ou exposição deliberada e desnecessária do Passageiro a perigos (excepto quando em tentativa de salvar vida humana), ou das consequências da participação numa actividade invulgar e perigosa e qualquer outra circunstância de qualquer natureza que esteja fora do controlo da Companhia.

16.17 No caso em que a Companhia tenha responsabilidade legal pela perda ou por danos causados a propriedade diferente da que resulta do estabelecido nas Convenções de Atenas e de Montreal, essa sua responsabilidade não excederá, em qualquer altura, o valor de €500,00 e a Companhia não será, em caso algum, responsável por dinheiro ou objectos de valor. Os Passageiros não devem guardar dinheiro ou outros objectos de valor na sua bagagem.

16.18 A responsabilidade da Companhia não excederá, em qualquer momento, a de qualquer Transportador ao abrigo das suas Condições de Transporte e/ou Convenções aplicáveis ou incorporadas. Quaisquer danos pagáveis pela Companhia devem ser reduzidos na proporção resultante da consideração de qualquer contribuição negligente do Passageiro.

17. ITINERÁRIO/DIREITO DE ALTERAÇÃO

17.1 A Companhia reserva-se o direito de decidir, segundos os seus critérios e de acordo com a sua vontade, e/ou aquela do comandante de qualquer embarcação (que não será exercida sem razoabilidade), se se vai desviar de um itinerário anunciado ou comum, de atrasar ou antecipar qualquer partida, de omitir ou alterar portos de escala, de providenciar transporte substancialmente equivalente levado a cabo por outra embarcação, de rebocar ou ser rebocado ou prestar assistência a outras embarcações ou de desempenhar qualquer acto semelhante que, na sua exclusiva vontade e/ou da do comandante seja considerada aconselhável ou necessária para a segurança do Passageiro, da embarcação e da tripulação. Em tais circunstâncias, nem a Companhia nem o Transportador terão qualquer responsabilidade ou obrigação perante o Passageiro.

18. RESPONSABILIDADE DO PASSAGEIRO

18.1 O Passageiro tem o dever de seguir as instruções e ordens do comandante e oficiais enquanto a bordo. O Passageiro aceita e concorda que o comandante e oficiais têm o título e autoridade para inspecionar qualquer pessoa a bordo, qualquer camarote, bagagem e pertences por motivos de segurança ou outros motivos no âmbito da lei.

18.2 O Passageiro acorda expressamente em permitir qualquer busca como as acima mencionadas.

18.3 Os Passageiros devem ter recebido todas as vacinas médicas necessárias antes do Cruzeiro e ter na sua posse todos os bilhetes, passaportes válidos, vistos, cartões médicos e quaisquer outros documentos necessários para os portos de escala agendados e para o desembarque.

18.4 Cada Passageiro garante que está física e mentalmente apto a realizar o Cruzeiro.

18.5 O Transportador e/ou o comandante têm o direito de recusar o embarque ou de ordenar o desembarque de qualquer Passageiro caso considerem tal necessário para segurança do Passageiro, dos outros Passageiros ou do navio, ou no caso da conduta do Passageiro, na opinião razoável do comandante, poder constituir um risco provável de perigo ou causar obstáculos ao conforto e divertimento dos outros Passageiros a bordo.

18.6 Nenhum Passageiro poderá trazer a bordo animais de qualquer espécie, excepto cães-guias certificados nos termos da cláusula 7 acima.

18.7 A Companhia e/ou o Transportador não terão qualquer responsabilidade para com qualquer Passageiro no que diz respeito a qualquer quebra ou não observância por parte de qualquer Passageiro das disposições desta cláusula e qualquer Passageiro indemnizará o Transportador e a Companhia por perdas ou danos ocasionados ao Transportador ou à Companhia ou a qualquer um dos seus fornecedores por essa quebra ou não observância.

18.8 O comportamento do Passageiro não deve afectar e reduzir a segurança, paz e prazer do Cruzeiro pelos outros Passageiros.

18.9 É rigorosamente proibido aos Passageiros trazer armas de fogo, munições, explosivos ou substâncias, bens ou artigos inflamáveis, tóxicos ou perigosos a bordo de qualquer embarcação, que possam constituir perigo para a segurança dos Passageiros e do Navio.

18.10 Os Passageiros serão responsáveis por qualquer dano sofrido pela Companhia (e/ou pela Transportadora e/ou por qualquer fornecedor que faça parte do Pacote de Férias) causado pela falta de cumprimento das suas obrigações contratuais. Em particular, o Passageiro será responsável por todos os danos causados à embarcação e ao seu mobiliário e equipamento, por lesões corporais ou perdas provocados a outros passageiros e terceiros, e também por todas as penalizações, multas e despesas atribuíveis ao Passageiro que a Companhia, Transportador ou fornecedor possam ter a responsabilidade de pagar.

18.11 Os Passageiros não estão autorizados a vender e/ou comprar a outros passageiros ou operadores, a bordo do navio, qualquer tipo de serviços comerciais – Incluindo mas não limitado a apenas Excursões em terra – que não sejam oficiais e oferecidas pela Companhia ou pelos contratados independentes.

19. VOOS

19.1 A Companhia não tem possibilidade de identificar o transportador aéreo ou o tipo de aeronave. Todos os voos serão operados em voos regulares ou fretados a reconhecidos transportadores aéreos. Nestas circunstâncias, o pagamento do bilhete de avião precisa de ser feito adiantadamente pela Companhia e normalmente não é reembolsável pelo transportador aéreo. Qualquer cancelamento efectuado pelo Passageiro em qualquer altura irá resultar no pagamento do custo da tarifa aérea por parte do Passageiro, independentemente das disposições de cancelamento relativas ao Cruzeiro.

19.2 O Passageiro irá receber a confirmação dos horários e rotas dos voos juntamente com os seus documentos de viagem, os quais serão enviados com a antecedência devida após o pagamento integral do Pacote e de ter cumprido com todos os requisitos da Companhia, Transportador aéreo ou transportador aéreo operacional.

19.3 Viajar em datas que não as publicadas na brochura da Companhia e/ou no website oficial, ou com um Transportador específico ou numa rota específica poderá implicar o pagamento de tarifa mais elevada, caso em que o Passageiro será notificado antes de Reservar.

19.4 A Companhia não é o Transportador aéreo ou um Transportador aéreo operacional tal como definido pelo Regulamento CE nº 261/2004 (o "Regulamento 261/2004"). As obrigações de indemnização ao abrigo do Regulamento 261/2004 são exclusivamente as do Transportador aéreo e/ou Transportador aéreo operacional e todos os pedidos relacionados com o

cancelamento, atraso ou recusa de embarque respeitantes ao transporte aéreo devem, por conseguinte, ser dirigidos ao Transportador aéreo em causa.

19.5 A Companhia não terá qualquer responsabilidade ao abrigo do Regulamento 261/2004, sendo que tais responsabilidades são inteiramente do Transportador aéreo a quem o Passageiro deverá dirigir qualquer reclamação. Ao exercer os seus direitos ao abrigo do Regulamento 261/2004, o Passageiro tem de procurar cumprir o máximo possível do Contrato e não deverá prejudicar os direitos da Companhia ao abrigo destes Termos e Condições de Reserva ou da lei.

19.6 Quando o transporte aéreo estiver incluído no Contrato, a Companhia irá informar os Passageiros dos horários dos voos a partir de dados fornecidos pelo Transportador aéreo como parte da documentação das férias. O horário do voo é meramente informativo. O contrato de transporte aéreo do Passageiro e os seus direitos e obrigações subjacentes a esse contrato permanecem na esfera do Transportador aéreo. É da responsabilidade do Passageiro assegurar-se da chegada ao aeroporto com tempo suficiente para efectuar o check in e embarcar na aeronave. Chama-se a atenção dos Passageiros para o facto de que nem todo o equipamento médico pode ser transportado ou utilizado a bordo da aeronave. Os Passageiros deverão confirmar com a Transportador Aéreo antes do voo.

19.7 Se o Contrato não incluir voos, é responsabilidade do Passageiro obter um bilhete válido directamente junto de um Transportador aéreo adequado e atempado para viajar para a embarcação (e incluindo transferes locais que o Passageiro deve requerer), como for necessário. A Companhia não será responsável por quaisquer problemas resultantes de voos ou transferes organizados pelo Passageiro.

20. RECLAMAÇÕES

20.1 Qualquer Passageiro que tenha uma reclamação num Cruzeiro deverá reportá-la à atenção dos funcionários a bordo do Cruzeiro, o mais depressa possível. Se os funcionários do Cruzeiro forem incapazes de resolver o problema, qualquer queixa deverá ser notificada por escrito à Companhia no prazo de 30 dias após o termo do Cruzeiro. A falta de apresentação de uma reclamação escrita dentro do prazo referido poderá afectar negativamente a capacidade da Companhia em lidar com ela. Queixas relacionadas com qualquer outra parte de um Pacote de Férias têm de ser feitas rapidamente à Companhia ou ao fornecedor.

20.2 As notificações de reclamações por perdas ou danos de bagagem ou outro bem devem ser entregues por escrito ao Transportador antes ou no momento do desembarque, ou, não sendo aparentes, no prazo de quinze (15) dias a partir da data do desembarque.

20.3 Queixas ao abrigo do Regulamento UE 1177/2010 relativas a acessibilidades, cancelamento ou atrasos devem ser feitas para a Companhia dentro de dois (2) meses a contar da data de que o serviço foi prestado. O Transportador deverá responder dentro de um mês para informar se a queixa é fundamentada, foi rejeitada ou está ainda a ser analisada. Uma resposta final deverá ser dada no prazo de dois (2) meses. O Passageiro deve providenciar qualquer informação adicional que seja solicitada pela Companhia para tratar da queixa. Se o Passageiro não está satisfeito com a resposta, poderá apresentar queixa à entidade competente no país do embarque.

21. PROTECÇÃO DO CONSUMIDOR

A legislação portuguesa prevê a protecção dos consumidores em caso de insolvência de Agência de Viagens através da possibilidade de accionamento do Fundo de Garantia de Viagens e Turismo, o qual responde solidariamente com as agências pelo pagamento dos créditos de consumidores decorrentes do incumprimento de serviços com elas contratados.

22. PROTECÇÃO DE DADOS

22.1 A recolha, processamento e tratamento de dados pessoais será efectuado de acordo com o estabelecido no Regulamento Geral de Protecção de Dados (Regulamento UE 2016/679). Sendo necessário para o cumprimento das obrigações derivadas do Contrato, o Passageiro autoriza a comunicação dos seus dados pessoais a pessoas, sociedades, associações, ou gabinetes profissionais que prestam serviço e assistência à Companhia, bem como a sociedades associadas ou que pertençam ao mesmo grupo societário.

23. MODIFICAÇÕES CONTRATUAIS

Qualquer modificação das presentes cláusulas apenas terá validade se for reduzida a por escrito e assinada pela Companhia.

24. POLÍTICA DE FUMO

24.1 A MSC Cruises S.A. respeita as necessidades e desejos de todos os Hóspedes e considerá-los cuidadosamente o lado dos fumadores e dos não-fumadores. De acordo com padrões globais, o consumo de tabaco é permitido livremente em áreas dedicadas ao longo do navio e equipadas com um sistema especial de extracção de ar.

24.2 Por regra, não é permitido fumar em quaisquer áreas de serviço de alimentação (buffets e restaurantes), nos centros médicos, nas zonas de prestação de cuidados a crianças, corredores ou átrios de elevadores, áreas onde os Hóspedes se juntam em grupos para exercícios de segurança, desembarque ou partidas para excursões, casas de banho públicas ou em bares junto a áreas onde se serve comida.

24.3 O Transportador recomenda vivamente que os Passageiros evitem fumar nos camarotes devido ao risco de incêndio. Não é permitido fumar nas varandas dos camarotes. A MSC CRUISES reserva-se o direito de aplicar uma taxa a Passageiros que sejam encontrados a fumar em áreas do Navio não designadas para o efeito. A violação reiterada desta proibição pode resultar no desembarque forçado do Passageiro.

24.4 É permitido fumar nas áreas designadas em pelo menos um bar em cada navio e num dos lados (indicado por sinalização) das zonas do convés da piscina exterior principal, onde estão disponíveis cinzeiros.

24.5 É proibido atirar beatas de cigarro pela borda do navio.

25. RESPONSABILIDADE DE FUNCIONÁRIOS, TRABALHADORES E SUBCONTRATADOS

25.1 É expressamente acordado que nenhum empregado ou agente da Companhia ou do Transportador, incluindo o comandante e a tripulação do navio de cruzeiro em causa, incluindo subcontratados independentes e os seus colaboradores, bem como seguradoras dessas partes estará, seja em que circunstância for, sujeito a qualquer responsabilidade que ultrapasse estes Termos e Condições de Reserva e estas partes poderão invocar estes Termos e Condições de Reserva e as Condições de Transporte na mesma medida em que a Companhia e/ou o Transportador.

25.2 As Excursões em Terra são operadas por subcontratados independentes, mesmo se vendidas por Agentes de Vendas ou a bordo do navio de cruzeiro. A Companhia não será responsável de qualquer forma pelos serviços fornecidos por tais subcontratados independentes. A Companhia funciona como um mero agente para o fornecedor da Excursão

em Terra. A Companhia não tem qualquer controlo directo sobre os fornecedores da Excursão em Terra e sobre os seus serviços. Por conseguinte, a Companhia não será considerada responsável por perda, danos e lesões corporais sofridos pelo Passageiro como resultado da negligência ou outra causa dos fornecedores da Excursão em Terra. A Companhia exercerá cuidado e perícia razoáveis na selecção de um fornecedor de Excursão em Terra com boa reputação. Não aplicar-se-ão as leis e regulamentos locais na avaliação do desempenho e/ou responsabilidade dos fornecedores de Excursão em Terra. As Excursões em Terra estão sujeitas aos termos e condições do fornecedor das Excursões em Terra, incluindo o benefício de qualquer limitação de responsabilidade e do nível de danos. A responsabilidade da Companhia nunca deverá exceder a do fornecedor das Excursões em Terra.

26. LEGISLAÇÃO E JURISDIÇÃO

26.1 O presente contrato rege-se em Portugal pelo disposto nestas Condições Gerais, pela legislação aplicável, designadamente pelo disposto no DL 349/86 de 17 de Outubro e no Regulamento (CE) 392/2009 de 23 de Abril de 2009, e ainda pelas Convenções Internacionais tal como referido no texto destes Termos e Condições Gerais. Quaisquer questões emergentes da interpretação ou aplicação do presente contrato deverão ser submetidas à apreciação dos Tribunais Portugueses da Comarca de Lisboa, os quais são considerados como tendo jurisdição exclusiva em todos os litígios.

27. ERROS, OMISSÕES E ALTERAÇÕES

Foram despendidos todos os esforços no sentido de assegurar a precisão do conteúdo da brochura da Companhia e/ou do website oficial, mas é possível que surjam certas alterações ou revisões após a impressão da brochura da Companhia ou da publicação no Website Oficial.

Uma vez que os Termos e Condições de Reserva aplicáveis ao cruzeiro simples ou ao Pacote de Férias são as que estão em vigor ao tempo da finalização da reserva, independentemente do que estiver publicado na respectiva brochura da Companhia, recomenda-se que seja verificado, em conjunto com o Agente de Vendas ou através da consulta do website oficial, qual a versão mais recente dos Termos e Condições de Reserva.